

CENÁRIO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL 2019





FICHA TÉCNICA

Sistematização de Dados e Texto

João Pedro Sholl Cintra,
Beatriz Sant'Anna Schipani e
Cleudson Santos Cardoso Borges

Colaboração

Mayana Hellen Nunes da Silva
Juliana Oliveira Mamona
Raquel Farias Meira
Victor Alcântara da Graça

Edição

Heloisa Helena Silva de Oliveira e
Maitê Fernandez Gauto

Revisão de Texto e Copy Desk

Eros Camel | © Camel Press

Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-Final

Daniela Jardim & Rene Bueno

Ilustração

Caiena,

Impressão

PifferPrint

Tiragem

2.700 exemplares

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Carlos Antônio Tilkian

Vice-Presidente

Synésio Batista da Costa

Conselheiros

Antonio Carlos Malheiros, Carlos Antônio Tilkian,
David Baruch Diesendruck, Eduardo José Bernini,
Fernando Vieira de Mello, Hector Nuñez,
Humberto Barbato, José Eduardo Planas Pañella,
Luiz Fernando Brino Guerra, Morvan Figueiredo de Paula e Silva,
Otávio Lage de Siqueira Filho, Rubens Naves e
Vitor Gonçalves Seravalli

Conselho Fiscal

Bento José Gonçalves Alcoforado,
Mauro Antonio Ré e
Sérgio Hamilton Angelucci

Secretaria Executiva

Administradora Executiva

Heloisa Helena Silva de Oliveira

Gerente de Desenvolvimento Institucional

Victor Alcântara da Graça

CARTA DO PRESIDENTE

Apresentamos a sexta edição do *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil*, lançado pela Fundação Abrinq com o objetivo de traçar um panorama da infância e adolescência no país a partir da análise dos principais indicadores sociais do Brasil e Regiões que estão relacionados com essa população.

Organizamos os indicadores relacionando-os com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Apresentamos 31 indicadores sociais principais e desagregações, tais como mortalidades, gravidez na adolescência, cobertura de creche, trabalho infantil e violências. Utilizamos dados de fontes públicas, considerados importantes para avaliação da situação da infância e adolescência, bem como para monitorar e avaliar os avanços no cumprimento das metas associadas aos ODS.

Os indicadores selecionados também estão disponíveis no *Observatório da Criança e do Adolescente* (<http://observatoriocrianca.org.br>), onde é possível comparar os dados entre regiões, estados e municípios brasileiros, permitindo ainda o compartilhamento das informações pesquisadas em redes sociais e gerar planilhas com os dados pesquisados.

Crianças e adolescentes, como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, devem ser público prioritário de ação para os países comprometidos com o desenvolvimento sustentável, com a redução da pobreza e da desigualdade e com a promoção da justiça, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

Esperamos que o *Cenário da Infância e Adolescência no Brasil 2019* seja material de consulta e auxilie na incidência política e na luta pela garantia e promoção de direitos da infância e da adolescência.

Obrigado e boa leitura!



Carlos Tilkian
Presidente

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA*

Aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU)
em 20 de novembro de 1959.

Todas as crianças têm direito:

- 1** – A igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.
- 2** – A especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.
- 3** – A um nome e a uma nacionalidade.
- 4** – A alimentação, moradia e assistência médica adequada para a criança e a mãe.
- 5** – A educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente.
- 6** – A amor e a compreensão por parte dos pais e da sociedade.
- 7** – A educação gratuita e a lazer infantil.
- 8** – A ser socorrida em primeiro lugar, em caso de catástrofes.
- 9** – A ser protegida contra o abandono e a exploração no trabalho.
- 10** – A crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Em 12 de outubro de 1990, entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco histórico na garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

(*) Elaborado por Raquel Altman.

MISSÃO

Promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes

VISÃO

Uma sociedade justa e responsável pela proteção e pelo pleno desenvolvimento de suas crianças e de seus adolescentes

VALORES

Ética, transparência, solidariedade, diversidade, autonomia e independência

SUMÁRIO

A criança e o adolescente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)..... 9

Principais indicadores da infância e adolescência..... 16

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares 17

População..... 17

Pobreza..... 20

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável 23

Nutrição..... 23

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades 26

Mortalidades..... 26

Gravidez na adolescência..... 31

Saúde materna e neonatal..... 32

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos..... 35

Educação Infantil..... 35

Ensinos Fundamental e Médio..... 38

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas..... 47

A transversalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)..... 47

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos..... 53

Acesso à água..... 53

Acesso ao esgotamento sanitário..... 55

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos..... 59

Trabalho infantil..... 59

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis...65

Moradia..... 65

Cultura e lazer..... 70

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis....72

Violência..... 72

Resultados da Fundação Abrinq em 2018..... 78

A criança e o adolescente

nos Objetivos de
Desenvolvimento
Sustentável (ODS)



Em setembro de 2015, os Estados-Membro da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram, por unanimidade, o documento *Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, contendo 17 objetivos e 169 metas que devem ser cumpridas por todos os países do mundo, construindo o caminho para a erradicação da pobreza, redução das desigualdades e dos impactos das mudanças climáticas e promovendo a justiça, a paz e a segurança de todos.

O monitoramento e o cumprimento dessa agenda pelos governos têm o potencial de impactar positivamente a vida das crianças e dos adolescentes no mundo e no Brasil. A seguir, apresentam-se os principais objetivos e metas que contribuirão para a qualidade de vida, bem-estar, cidadania e segurança das crianças e dos adolescentes.

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

- 1.1** Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia.
- 1.2** Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais.
- 1.3** Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

- 2.1** Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e as pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
- 2.2** Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre desnutrição crônica e desnutrição em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes, e pessoas mais velhas.

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

- 3.1** Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 por 100 mil nascidos vivos.
- 3.2** Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos de idade.
- 3.5** Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e o uso nocivo do álcool.
- 3.7** Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais.
- 3.c** Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e conservação do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento (...).

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

- 4.1** Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduzam a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes.
- 4.2** Até 2030, garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário.
- 4.3** Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade.
- 4.4** Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, incluindo competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.
- 4.5** Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
- 4.6** Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres, estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
- 4.7** Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de

gênero, da promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e da valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

- 4.a.** Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças, e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.
- 4.c** Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos estados insulares em desenvolvimento (Sids, sigla em inglês).

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

- 5.1** Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte.
- 5.2** Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual, e de outros tipos.
- 5.3** Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros forçados de crianças e mutilações genitais femininas.
- 5.6** Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD) e da Plataforma de Ação de Pequim, e os documentos resultantes de suas conferências de revisão.
- 5.c** Adotar e fortalecer políticas sólidas e uma legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas, em todos os níveis.

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos

- 6.1** Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos.
- 6.2** Até 2030, conseguir o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas, e daqueles em situação de vulnerabilidade.

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

- 8.6** Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.
- 8.7** Tomar medidas imediatas e eficazes para assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, erradicar o trabalho forçado e, até 2025, acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado.

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles

- 10.1** Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional.
- 10.2** Até 2030, capacitar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra.
- 10.3** Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação

de leis, políticas e práticas discriminatórias, e promover legislação, políticas e ações adequadas a este respeito.

- 10.4** Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade.

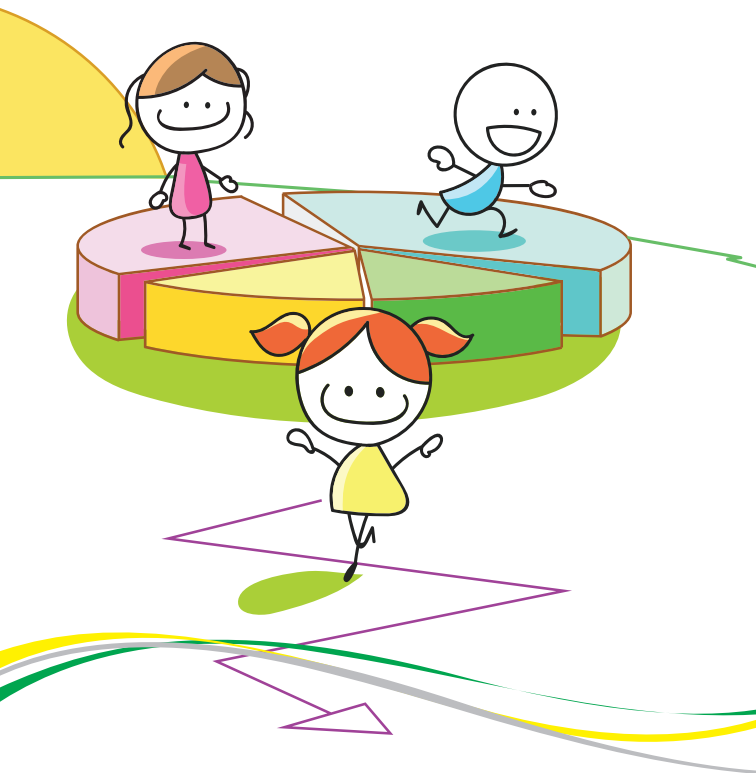
Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

- 11.1** Até 2030, garantir o acesso de todos a uma habitação segura, adequada, a preço acessível, serviços básicos e melhoria das favelas.
- 11.7** Até 2030, proporcionar o acesso universal aos espaços públicos verdes, seguros, inclusivos e acessíveis, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

- 16.1** Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionadas a isto, em todos os lugares.
- 16.2** Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças.
- 16.3** Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à Justiça, para todos.
- 16.7** Garantir a tomada de decisões ágil, inclusiva, participativa e representativa a todos os níveis.
- 16.9** Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento.

Principais indicadores da infância e adolescência





Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

POPULAÇÃO

Em 2018, estimava-se que o Brasil tinha 68,8 milhões de crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade, e quase dois em cada cinco dos residentes do país nessa faixa etária se concentravam na Região Sudeste. Em uma análise regional, por outro lado, notamos que a Região Norte é a que apresentava a maior proporção de crianças e adolescentes, superando 41% de sua população.

Grandes Regiões	População total	População entre zero e 19 anos de idade	% da população entre zero e 19 anos de idade
Região Norte	18.182.253	7.562.563	41,6
Região Nordeste	56.760.780	20.576.797	36,3
Região Sudeste	87.711.946	26.251.225	29,9
Região Sul	29.754.036	9.053.985	30,4
Região Centro-Oeste	16.085.885	5.387.297	33,5
Brasil	208.494.900	68.814.817	33,0

Fonte: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2018).¹

1 As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais de dois municípios da Região Norte e três da Região Nordeste.

Metade da população de crianças e adolescentes que vivem em zonas rurais está na Região Nordeste e a maioria (duas em cada cinco) que vive em centros urbanos concentra-se na Região Sudeste.

Crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade segundo situação de domicílio e Grandes Regiões – 2018



Grandes Regiões	Rural	Urbana
Região Norte	2.247.397	5.315.166
Região Nordeste	6.195.969	14.380.828
Região Sudeste	2.064.914	24.186.311
Região Sul	1.398.120	7.655.866
Região Centro-Oeste	639.379	4.747.919
Brasil	12.566.652	56.248.165

Fonte: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2018).²

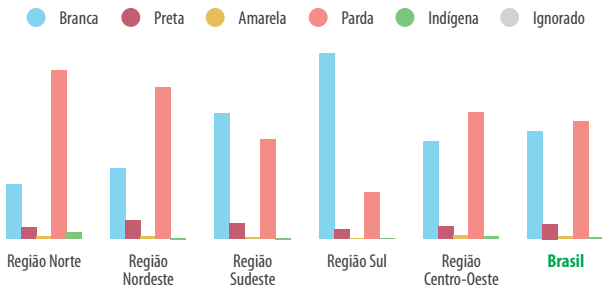
² As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais de dois municípios da Região Norte e três da Região Nordeste.

Crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade segundo cor/raça e Grandes Regiões – 2018

Grandes Regiões	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado
Região Norte	1.693.849	377.109	76.143	5.222.553	192.518	391
Região Nordeste	5.926.913	1.546.494	232.302	12.776.524	92.091	2.472
Região Sudeste	13.559.795	1.725.413	223.224	10.708.744	29.538	4.512
Região Sul	6.887.412	325.949	49.257	1.757.344	33.720	303
Região Centro-Oeste	2.150.379	267.989	72.365	2.819.959	75.699	906
Brasil	30.246.917	4.253.996	652.537	33.239.152	413.623	8.593

Fonte: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2018).³

Distribuição de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade segundo cor/raça e Grandes Regiões – 2018



Fonte: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2018).⁴

3 As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais de dois municípios da Região Norte e três da Região Nordeste.

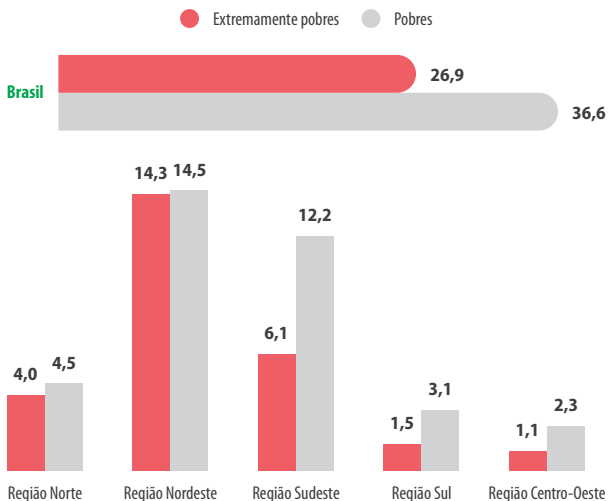
4 Idem.

POBREZA

Aproximadamente 63,5 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza no Brasil, sendo que 26,8 milhões deste total se encontram em situação de extrema pobreza.

População em situação domiciliar de baixa renda segundo Grandes Regiões – 2017

(em milhões)

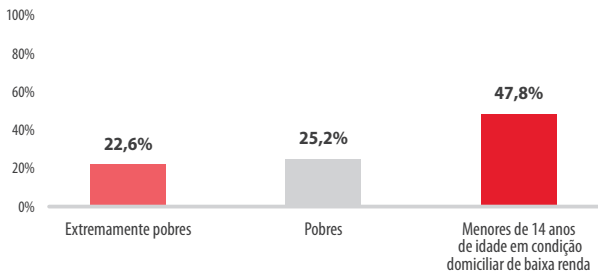


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2017.

Pobreza: pessoas que vivem com renda domiciliar *per capita* mensal inferior ou igual a meio salário-mínimo. O equivalente a R\$ 468,50 em valores de 2017.

Extrema Pobreza: pessoas que vivem com renda domiciliar *per capita* mensal inferior ou igual a um quarto de salário-mínimo. O equivalente a R\$ 234,25 em valores de 2017.

Proporção de crianças e adolescentes de zero a 14 anos de idade em situação domiciliar de baixa renda – 2017



	Até um quarto de salário-mínimo	Mais de um quarto até meio salário-mínimo
	Extremamente pobres	Pobres
Brasil	9.481.818	10.606.418

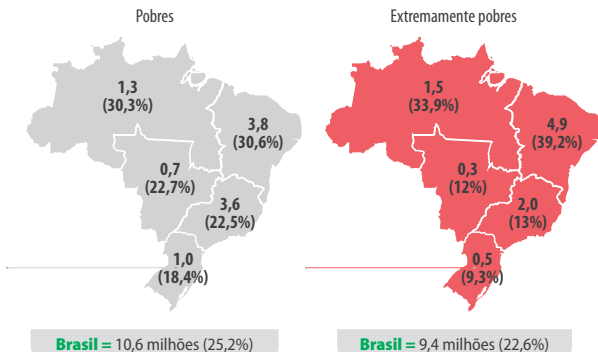
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) 2017.

Pobreza: pessoas que vivem com renda domiciliar *per capita* mensal inferior ou igual a meio-salário mínimo. O equivalente a R\$ 468,50 em valores de 2017.

Extrema Pobreza: pessoas que vivem com renda domiciliar *per capita* mensal inferior ou igual a um quarto de salário-mínimo. O equivalente a R\$ 234,25 em valores de 2017.

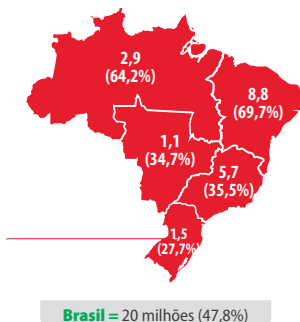
Proporção de crianças e adolescentes de zero a 14 anos de idade em situação domiciliar de baixa renda Grandes Regiões – 2017

(total em milhões e % por Região)



Total de crianças e adolescentes de zero a 14 anos de idade em condição domiciliar de baixa renda segundo Grandes Regiões – 2017

(total em milhões e % por Região)



Pobreza: pessoas que vivem com renda domiciliar *per capita* mensal inferior ou igual a meio salário-mínimo. O equivalente a R\$ 468,50 em valores de 2017.

Extrema Pobreza: pessoas que vivem com renda domiciliar *per capita* mensal inferior ou igual a um quarto de salário-mínimo. O equivalente a R\$ 234,25 em valores de 2017.

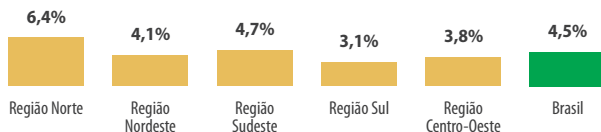


Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

NUTRIÇÃO⁵

Proporção de crianças de zero a cinco anos de idade em situação de desnutrição segundo Grandes Regiões – 2017

(relação peso x idade)

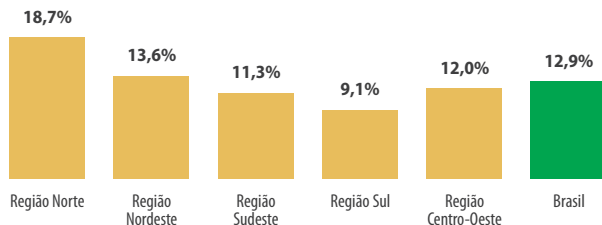


Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datusus)/Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) 2017.

5 O módulo gerador de relatórios do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) é passível de correções; periodicamente os dados são reponderados e sofrem alterações. A última verificação ocorreu em 20 de dezembro de 2018.

Proporção de crianças de zero a cinco anos de idade em situação de desnutrição segundo Grandes Regiões – 2017

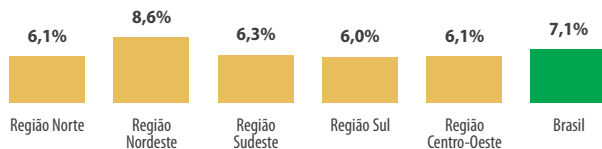
(relação altura x idade)



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datusus)/Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) 2017.

Proporção de crianças de zero a cinco anos de idade em situação de obesidade segundo Grandes Regiões – 2017

(peso elevado para a idade)



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/ Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datusus)/Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) 2017.

Crianças de zero a cinco anos de idade por sua condição nutricional segundo Grandes Regiões – 2017

Grandes Regiões	Altura muito baixa ou baixa para a idade	Peso muito baixo ou baixo para a idade	Peso elevado para a idade
Região Norte	115.888	39.659	37.655
Região Nordeste	244.223	74.293	155.219
Região Sudeste	155.633	64.782	86.004
Região Sul	53.041	17.873	34.759
Região Centro-Oeste	32.407	10.211	16.637
Brasil	601.192	206.818	330.274

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasis)/Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) 2017.



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades⁶

MORTALIDADES

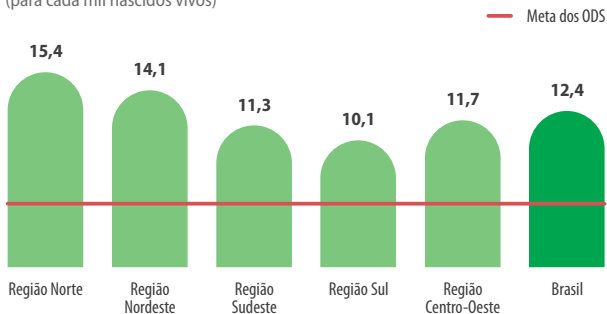
As taxas de mortalidade infantil e na infância representam um dos maiores desafios das metas adaptadas ao contexto nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Até 2030, objetiva-se reduzir a mortalidade infantil para menos de cinco mortes por mil nascidos vivos, sendo que, atualmente, ela apresenta o número de 12,4 mortes por mil nascidos vivos, ou seja, pretende-se diminuir essa taxa para menos da metade do valor atual. Quanto à taxa de mortalidade na infância, a meta propõe a redução para menos de oito mortes para cada mil nascidos vivos, um valor 6,4 pontos inferior a atual taxa brasileira.

Levando-se em consideração as Grandes Regiões do território nacional, pode-se ter em conta a dimensão desse desafio. A redução da mortalidade entre menores de um ano de idade deve ser prioridade dentro da agenda política, levando-se em consideração que esta apresenta o número mais concentrado de mortes de crianças de até cinco anos. O alcance desse objetivo depende da redução de mortes por causas evitáveis, aperfeiçoando-se a atenção à mulher na gestação, no parto e ao recém-nascido.

⁶ Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) do ano de 2017 são preliminares e podem sofrer alterações.

Taxa de mortalidade infantil (menores de um ano de idade) segundo Grandes Regiões – 2017

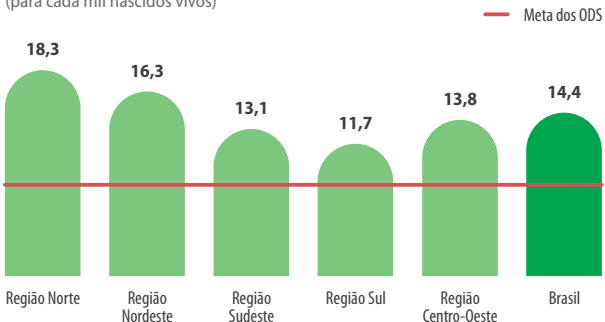
(para cada mil nascidos vivos)



Fontes: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

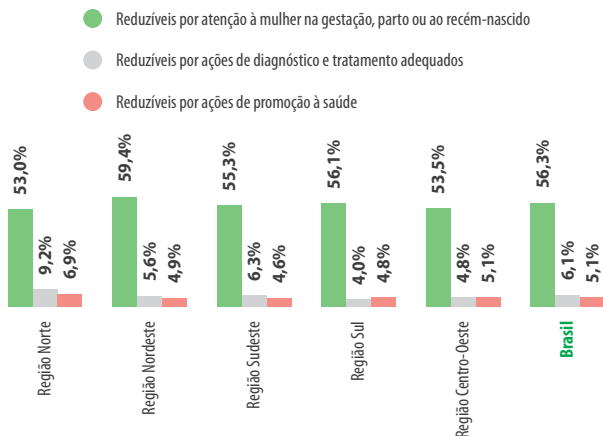
Taxa de mortalidade na infância (menores de cinco anos de idade) segundo Grandes Regiões – 2017

(para cada mil nascidos vivos)



Fontes: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Proporção de óbitos de crianças menores de um ano de idade por causas evitáveis segundo grupos de causas e Grandes Regiões – 2017

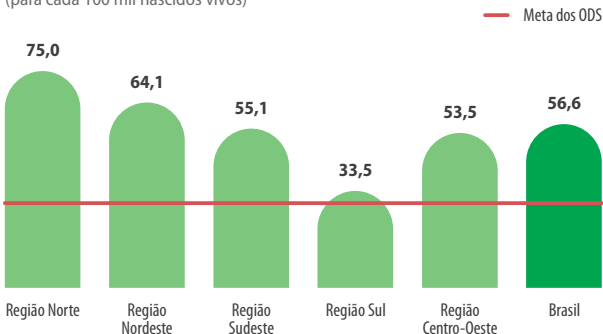


Fontes: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

De acordo com as metas dos ODS adaptadas ao contexto nacional, o Brasil deve reduzir a razão da mortalidade materna para 30 mortes a cada 100 mil nascidos vivos. Em 2017, essa razão resultou em 56,6 mortes a cada 100 mil nascidos vivos, 26,6 pontos acima da meta proposta. Em duas das cinco Grandes Regiões do país (Norte e Nordeste), essa razão supera o dobro do que foi estabelecido pela adaptação nacional dos ODS.

Razão da mortalidade materna segundo Grandes Regiões – 2017

(para cada 100 mil nascidos vivos)



Fontes: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Notas:

Taxas de mortalidade infantil e na infância: as taxas de mortalidade infantil foram calculadas considerando a relação entre o número de óbitos em menores de um ano de idade e a quantidade de nascidos vivos em 2017. A série histórica das taxas de mortalidade infantil encontra-se consolidada até o ano de 2011 nos Indicadores e Dados Básicos (IDB), do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus). Neste caso, utilizamos as estatísticas vitais preliminares referentes ao ano de 2017, acessadas em 8 de março de 2019.

Razão da mortalidade materna: as razões da mortalidade materna foram calculadas considerando-se a relação entre o número de óbitos maternos e a quantidade de nascidos vivos de mães residentes em 2017. A série histórica das razões da mortalidade materna encontra-se consolidada até o ano de 2011 nos Indicadores e Dados Básicos (IDB), do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus). Apesar da elevada subnotificação em quatro das cinco Regiões do país, não se encontram disponíveis os fatores de correção para os óbitos posteriores a 2013, portanto, utilizou-se as estatísticas vitais preliminares referentes ao ano de 2017, acessadas em 8 de março de 2019.

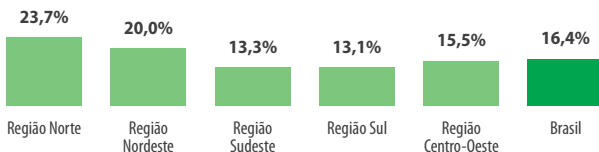
Proporção de partos cesáreos no Brasil – 2010 a 2017



Fontes: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Percentual de nascidos vivos de mulheres de zero a 19 anos de idade segundo Grandes Regiões – 2017



Fontes: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) e Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS).

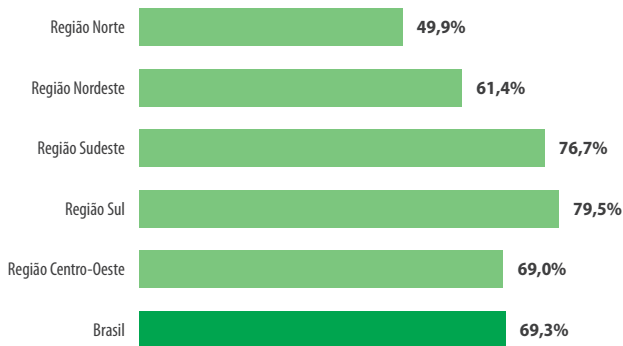
Nascidos vivos de mulheres de zero a 19 anos de idade segundo Grandes Regiões – 2017

Grandes Regiões	Menor de 10 anos de idade	De 10 a 14 anos de idade	De 15 a 19 anos de idade	Total de nascimentos de mães de 10 a 19 anos de idade
Região Norte	2	4.310	69.662	73.974
Região Nordeste	-	8.643	154.439	163.082
Região Sudeste	4	5.590	147.795	153.389
Região Sul	-	1.842	50.304	52.146
Região Centro-Oeste	-	1.720	36.001	37.721
Brasil	6	22.105	458.201	480.312

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) 2017.

SAÚDE MATERNA E NEONATAL

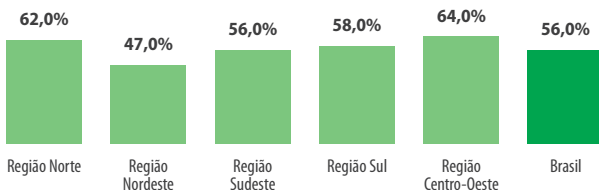
Proporção de nascidos vivos cujas mães fizeram sete ou mais consultas de pré-natal segundo Grandes Regiões – 2017



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Diretoria de Apoio Administrativo ao Sistema de Saúde (Dasis)/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) 2017.

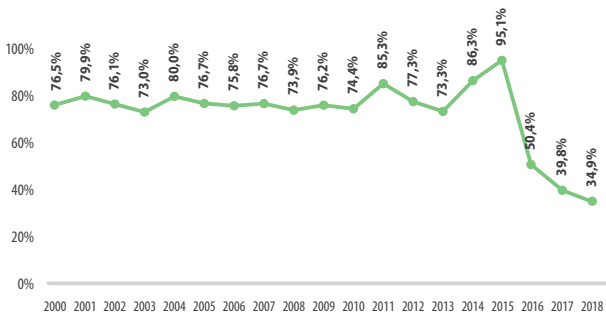
Assim como o acompanhamento pré-natal da gestante pode auxiliar na prevenção ou detecção precoce de patologias maternas e fetais, o incentivo ao aleitamento materno deve ser prioridade para a redução das taxas de mortalidade e melhorar o quadro nutricional das crianças brasileiras. Ele se constitui como a forma mais eficaz para evitar as mortes infantis, podendo reduzir os casos de diarreia e infecções de diversos tipos, minimizando o risco de alergias e de males como hipertensão, colesterol alto e diabetes. Reduz também as chances da criança desenvolver obesidade devido a regulação de seu metabolismo, melhorando sua nutrição em diversos aspectos.

Proporção de crianças menores de seis meses de idade que receberam aleitamento materno exclusivo segundo Grandes Regiões – 2018



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Atenção à Saúde (SAS)/Departamento de Atenção Básica (DAB)/Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI).

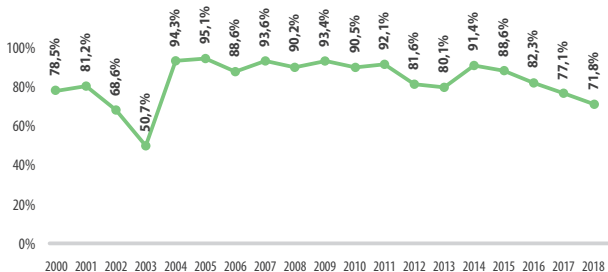
Cobertura de vacinação no Brasil – 2000 a 2018



Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI)/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus). Os dados da cobertura de vacinação foram coletados em 18 de fevereiro de 2019.

A cobertura proporcional de vacinas na população brasileira, desde 2016, apresenta tendência de queda constante e considerável. Mais preocupante é a constatação da mesma queda, ainda que de modo menos acentuado, na cobertura de vacinas obrigatórias às crianças com menos de um ano de idade, faixa etária especificada no gráfico seguinte.

Cobertura de vacinas obrigatórias a crianças menores de um ano de idade no Brasil – 2000 a 2018



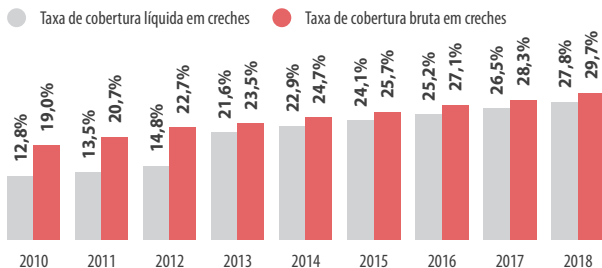
Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI)/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datasus). Os dados da cobertura de vacinação foram coletados em 18 de fevereiro de 2019.



Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

EDUCAÇÃO INFANTIL

Taxas de cobertura líquida e bruta em creches no Brasil – 2010 a 2018



Fonte (matrículas): Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

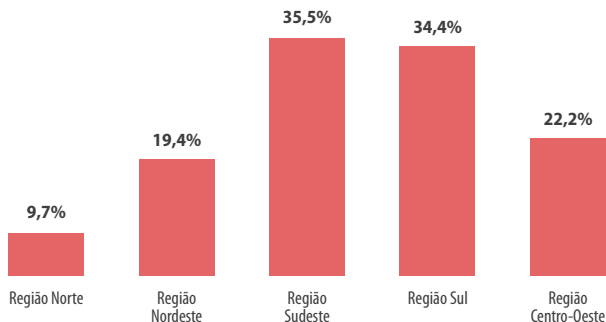
População de referência: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Meta do Plano Nacional de Educação (PNE) – 50% até 2024

Taxa de cobertura líquida em creches: expressa a relação entre a população entre zero e três anos de idade e as matrículas dessa faixa etária em creches.

Taxa de cobertura bruta em creches: expressa a relação entre a população entre zero e três anos de idade e as matrículas totais em creches.

Taxa de cobertura líquida em creche segundo Grandes Regiões – 2018



Fonte (matrículas): Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

População de referência: Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq.

Estabelecimentos de Educação Infantil (creches) segundo dependência administrativa e Grandes Regiões – 2018

Grandes Regiões	Número total de estabelecimentos	Privada	Pública
Região Norte	4.702	782	3.920
Região Nordeste	26.661	7.380	19.281
Região Sudeste	25.098	14.001	11.097
Região Sul	9.985	4.357	5.628
Região Centro-Oeste	3.299	1.639	1.660
Brasil	69.745	28.159	41.586

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Matrículas na educação indígena segundo etapas da Educação Básica e Grandes Regiões – 2018

Grandes Regiões	Educação Infantil		Ensino Fundamental	Ensino Médio seriado	Ensino Médio não seriado
	Creche	Pré-Escola			
Região Norte	2.651	14.834	93.233	10.838	55
Região Nordeste	2.436	6.252	37.951	7.145	-
Região Sudeste	346	900	5.640	1.109	46
Região Sul	57	1.739	10.556	1.662	-
Região Centro-Oeste	45	3.565	27.363	3.904	1.289
Brasil	5.535	27.290	174.743	24.658	1.390

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Elaboração: Fundação Abrinq – Microdados do Censo Escolar.

ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO

Taxas de abandono e distorção idade-série segundo Grandes Regiões (%) – 2017⁷

Grandes Regiões	Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Abandono	Distorção idade-série	Abandono	Distorção idade-série
Região Norte	2,9	26,4	9,8	41,4
Região Nordeste	2,7	24,5	7,0	36,2
Região Sudeste	0,9	12,2	4,5	20,8
Região Sul	0,9	15,4	6,9	26,3
Região Centro-Oeste	0,9	14,9	5,6	25,9
Brasil	1,6	18,1	6,1	28,2

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Distorção idade-série: representa a proporção de alunos com mais de dois anos de diferença em relação à idade ideal para a série na qual estão matriculados.

⁷ As taxas de rendimento do ano de 2018 não haviam sido divulgadas até a data da elaboração desta publicação.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio segundo alcance da meta projetada para o ano e Grandes Regiões – 2017

Grandes Regiões	Resultados			Metas		
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos iniciais	Anos finais		Anos iniciais	Anos finais	
Região Norte	4,9	4,2	3,3	4,7	4,7	4,2
Região Nordeste	5,1	4,2	3,5	4,6	4,3	4,4
Região Sudeste	6,4	5,0	4,0	6,1	5,4	4,9
Região Sul	6,2	4,9	3,9	6,0	5,3	5,1
Região Centro-Oeste	6,0	5,0	4,0	5,6	4,9	4,7
Brasil	5,8	4,7	3,8	5,5	5,0	4,7

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Crianças e adolescentes de seis a 14 anos de idade fora da escola segundo Grandes Regiões – 2017

Grandes Regiões	Número absoluto	%
Região Norte	30.774	1,1
Região Nordeste	78.433	1,0
Região Sudeste	65.871	0,7
Região Sul	17.078	0,5
Região Centro-Oeste	14.015	0,7
Brasil	206.171	0,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - 2017 (segundo trimestre).

Adolescentes de 15 a 17 anos de idade fora da escola segundo Grandes Regiões – 2017

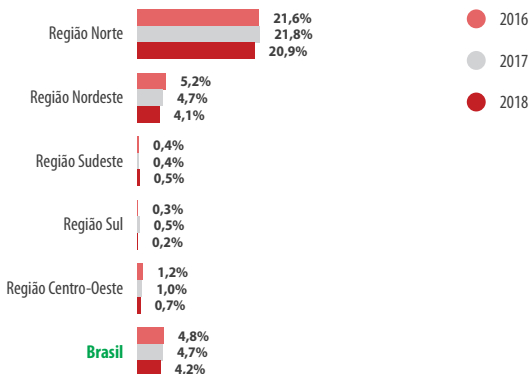
Grandes Regiões	Número absoluto	%
Região Norte	147.908	13,4
Região Nordeste	450.759	13,9
Região Sudeste	456.980	11,3
Região Sul	191.754	14,2
Região Centro-Oeste	98.690	13,0
Brasil	1.346.091	12,8

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - 2017 (segundo trimestre).

A infraestrutura dos estabelecimentos da Educação Básica sinaliza a que tipo de privações e obstáculos estão submetidos os estudantes brasileiros, principalmente os residentes das Regiões Norte e Nordeste. Nessas Regiões, são elevados os *deficits* em coleta de esgoto sanitário, abastecimento de água e acesso à energia elétrica, especialmente na Região Norte.

A falta de quadras esportivas nos estabelecimentos de Educação Básica é uma realidade partilhada por todas as Regiões brasileiras, tendo cenários mais graves nas Regiões Norte e Nordeste. O aprimoramento, a valorização da educação e a garantia de mínimas condições de infraestrutura dos estabelecimentos de ensino devem ser considerados no conjunto de fatores a influenciar o desempenho dos alunos.

Proporção de estabelecimentos de Educação Básica que declararam inexistente o acesso ao esgoto sanitário ao Censo da Educação Básica segundo Grandes Regiões – 2016 a 2018



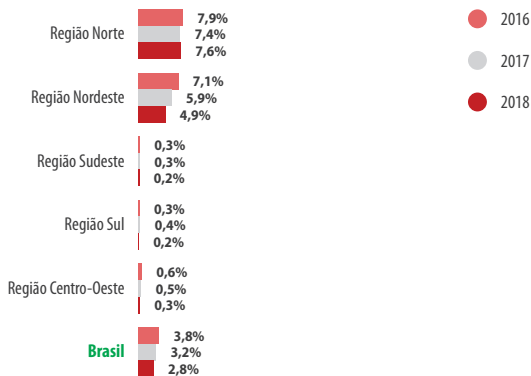
Número de estabelecimentos de Educação Básica que declararam inexistente o acesso ao esgoto sanitário ao Censo da Educação Básica segundo Grandes Regiões – 2016 a 2018

Grandes Regiões	2016	2017	2018
Região Norte	4.898	4.910	4.658
Região Nordeste	3.500	3.077	2.599
Região Sudeste	237	231	318
Região Sul	70	122	60
Região Centro-Oeste	113	98	76
Brasil	8.818	8.438	7.711

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Elaboração: Fundação Abrinq – Microdados do Censo Escolar.

Proporção de estabelecimentos de Educação Básica que declararam inexistente o acesso ao abastecimento de água ao Censo de Educação Básica segundo Grandes Regiões – 2016 a 2018



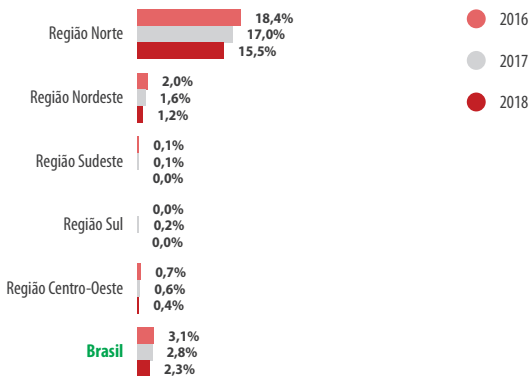
Número de estabelecimentos de Educação Básica que declararam inexistente o acesso ao abastecimento de água ao Censo de Educação Básica segundo Grandes Regiões – 2016 a 2018

Grandes Regiões	2016	2017	2018
Região Norte	1.785	1.672	1.689
Região Nordeste	4.771	3.878	3.118
Região Sudeste	186	146	126
Região Sul	68	90	45
Região Centro-Oeste	59	53	36
Brasil	6.869	5.839	5.014

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Elaboração: Fundação Abrinq – Microdados do Censo Escolar.

Proporção de estabelecimentos de Educação Básica que declararam inexistente o acesso à energia elétrica ao Censo da Educação Básica segundo Grandes Regiões – 2016 a 2018



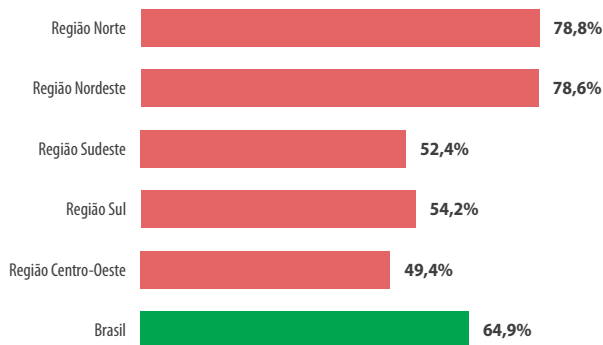
Número de estabelecimentos de Educação Básica que declararam inexistente o acesso à energia elétrica aos Censo da Educação Básica segundo Grandes Regiões – 2016 a 2018

Grandes Regiões	2016	2017	2018
Região Norte	4.179	3.819	3.453
Região Nordeste	1.331	1.023	740
Região Sudeste	46	34	20
Região Sul	9	41	3
Região Centro-Oeste	72	62	42
Brasil	5.637	4.979	4.258

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Elaboração: Fundação Abrinq – Microdados do Censo Escolar.

Proporção de estabelecimentos de Educação Básica sem quadras esportivas segundo Grandes Regiões – 2018



Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Elaboração: Fundação Abrinq – Microdados do Censo Escolar.

Número de estabelecimentos de Educação Básica sem quadras esportivas segundo Grandes Regiões – 2018

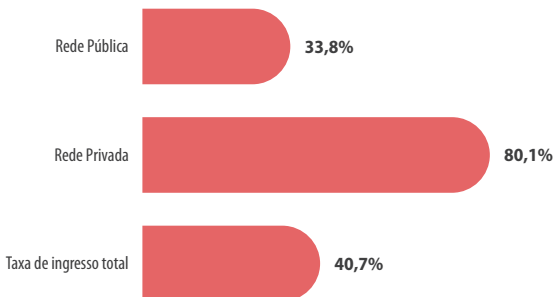
Grandes Regiões	2018
Região Norte	17.598
Região Nordeste	50.198
Região Sudeste	31.332
Região Sul	13.901
Região Centro-Oeste	5.090
Brasil	118.119

Fonte: Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed).

Elaboração: Fundação Abrinq – Microdados do Censo Escolar.

Nas taxas de ingresso no Ensino Superior ficam demonstradas as desigualdades de oportunidades educacionais brasileiras. Os alunos que concluem o Ensino Médio em estabelecimentos privados têm mais que o dobro de chances de ingressar no Ensino Superior do que aqueles concluintes do Ensino Médio em estabelecimentos públicos. Entre esses, apenas um em cada três ingressa na Educação Superior.

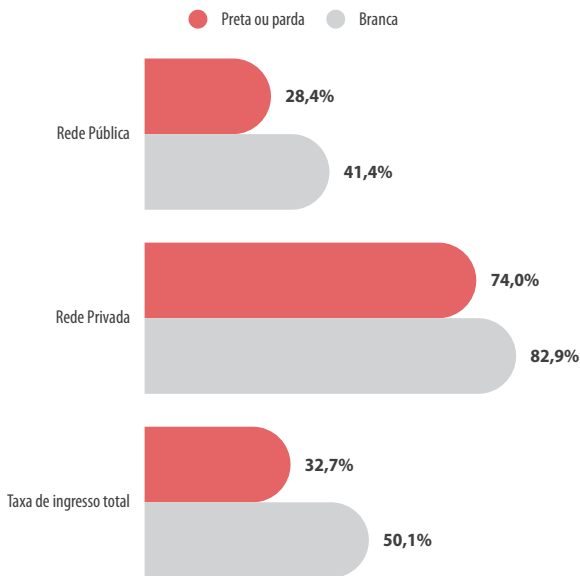
Taxa de ingresso no Ensino Superior da população de 18 a 24 anos de idade com Ensino Médio completo segundo rede do Ensino Médio concluído – 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) – 2017 (segundo trimestre).

Outro aspecto da mesma desigualdade se revela nas taxas de ingresso no Ensino Superior segundo cor/raça dos alunos: apenas um terço dos pretos ou pardos ingressa nessa etapa de ensino, enquanto metade dos brancos acessa o Ensino Superior.

Taxa de ingresso no Ensino Superior da população de 18 a 24 anos de idade com Ensino Médio completo segundo rede do Ensino Médio concluído e cor/raça – 2017



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) – 2017 (segundo trimestre).

Nota: Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.



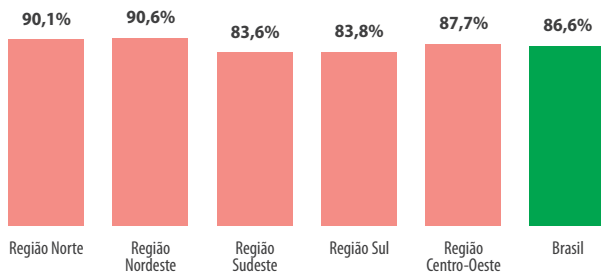
Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

A TRANSVERSALIDADE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Ressalta-se que o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 possui um caráter transversal. Alguns dos indicadores apresentados em outros ODS ao longo desta publicação também devem ser considerados como uma questão de gênero.

Destaca-se, em especial, a proporção de mães adolescentes (pág. 31) e a razão da mortalidade materna (pág. 29), que devem ser entendidos não somente como indicadores de saúde e bem-estar, mas também da desigualdade de gênero que afeta as meninas e mulheres brasileiras, tratadas na Meta 5.6: Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos.

Proporção de notificações de estupro de crianças e adolescentes menores de 19 anos de idade do sexo feminino segundo Grandes Regiões – 2016⁸



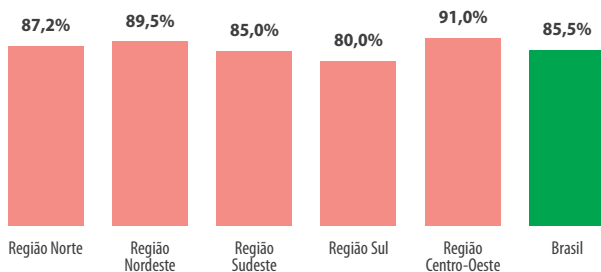
Número de notificações de estupro de crianças e adolescentes menores de 19 anos de idade segundo sexo e Grandes Regiões – 2016

Grandes Regiões	Ignorado	Masculino	Feminino	Frequência total de casos entre menores de 19 anos de idade
Região Norte	-	357	3.237	3.594
Região Nordeste	-	241	2.331	2.572
Região Sudeste	1	897	4.578	5.476
Região Sul	-	512	2.654	3.166
Região Centro-Oeste	-	199	1.417	1.616
Brasil	1	2.206	14.217	16.424

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

⁸ Dados de 2009 a 2014 atualizados em 15 de maio de 2018. Dados de 2015 e 2016 atualizados em 8 de novembro de 2018 (sujeitos à revisão).

Proporção de notificações de exploração sexual de crianças e adolescentes menores de 19 anos de idade do sexo feminino segundo Grandes Regiões⁹ – 2016



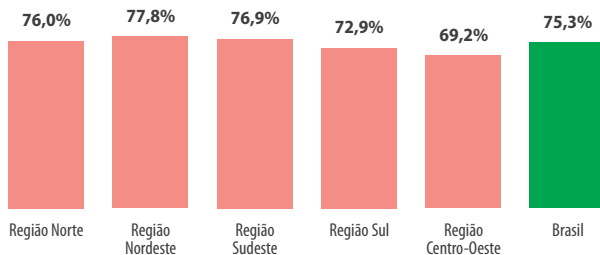
9 A exploração sexual caracteriza-se pela “utilização de pessoas, independentemente da idade, do sexo ou da identidade de gênero, com fins comerciais e de lucro, seja para a prática de atos sexuais (prostituição), a exposição do corpo nu e de relações sexuais ao vivo (*striptease*, shows eróticos) ou mediante imagens publicadas em revistas, filmes, fotos, vídeos ou sites na internet” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016). Nota-se, portanto, que além da objetificação do corpo da vítima, há também um processo de mercantilização, ao passo que a violência sexual ocorre entre trocas, sejam monetárias ou não. Dados de 2009 a 2014 atualizados em 15 de maio de 2018. Dados de 2015 e 2016 atualizados em 8 de novembro de 2018 (sujeitos à revisão).

Número de notificações de exploração sexual de crianças e adolescentes menores de 19 anos de idade segundo sexo e Grandes Regiões – 2016

Grandes Regiões	Ignorado	Masculino	Feminino	Frequência total de casos entre menores de 19 anos de idade
Região Norte	-	11	75	86
Região Nordeste	-	12	102	114
Região Sudeste	-	53	300	353
Região Sul	-	30	120	150
Região Centro-Oeste	-	7	71	78
Brasil	-	113	668	781

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

Proporção de notificações de pornografia infantil de crianças e adolescentes menores de 19 anos de idade do sexo feminino segundo Grandes Regiões – 2016¹⁰



¹⁰ Dados de 2009 a 2014 atualizados em 15 de maio de 2018. Dados de 2015 e 2016 atualizados em 8 de novembro de 2018 (sujeitos à revisão).

Número de notificações de pornografia infantil de crianças e adolescentes menores de 19 anos de idade segundo sexo e Grandes Regiões – 2016

Grandes Regiões	Ignorado	Masculino	Feminino	Frequência total de casos entre menores de 19 anos de idade
Região Norte	-	23	73	96
Região Nordeste	-	18	63	81
Região Sudeste	-	63	210	273
Região Sul	-	35	94	129
Região Centro-Oeste	-	20	45	65
Brasil	-	159	485	644

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) - Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan Net).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), 1.116.112 pessoas menores de 19 anos de idade viviam em companhia de cônjuge ou companheiro em 2015. Destes casos, apenas 14,1% eram casamentos formalmente registrados. Essa constatação sugere que os casamentos de meninas brasileiras com menos de 19 anos ocorrem em escala muito superior ao que se identifica nas estatísticas de Registro Civil.

Deste modo, compreende-se que o indicador a seguir pode representar somente uma parcela da realidade das meninas brasileiras casadas.

Casamentos de meninas menores de 19 anos de idade registrados segundo Grandes Regiões – 2016

Grandes Regiões	Menos de 15 anos de idade	De 15 a 19 anos de idade	Total de casamentos com mulheres menores de 19 anos de idade	Total de casamentos do ano entre homens e mulheres
Região Norte	15	9.675	9.690	81.498
Região Nordeste	40	30.037	30.077	245.631
Região Sudeste	18	44.386	44.404	536.093
Região Sul	117	14.700	14.817	133.325
Região Centro-Oeste	54	10.552	10.606	93.634
Brasil	244	109.350	109.594	1.090.181

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Estatísticas do Registro Civil.



Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

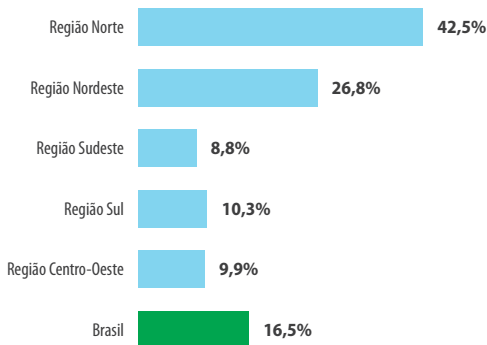
ACESSO À ÁGUA

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) e das estimativas populacionais calculadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 34,4 milhões de pessoas no Brasil ainda não têm acesso à rede de distribuição de água.

Proporção da população residente não atendida pela rede de água segundo Grandes Regiões – 2017

Grandes Regiões	População total estimada pelo IBGE	População não atendida pela rede geral de distribuição de água	% da população não atendida pela rede geral de distribuição de água
Região Norte	17.936.201	7.624.679	42,5
Região Nordeste	57.254.159	15.315.488	26,8
Região Sudeste	86.949.714	7.608.100	8,8
Região Sul	29.644.948	3.059.359	10,3
Região Centro-Oeste	15.875.907	1.566.952	9,9
Brasil	207.660.929	34.326.352	16,5

Proporção da população residente não atendida pela rede de água segundo Grandes Regiões – 2017



Fontes: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) e Estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹¹ e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2017).

11 As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais de dois municípios da Região Norte e três da Região Nordeste.

ACESSO AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

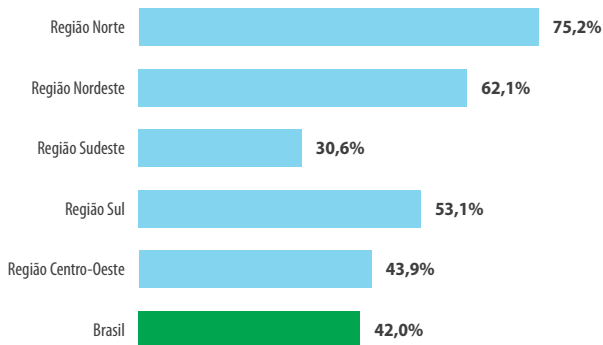
As Regiões Norte e Nordeste são as que apresentam as maiores taxas de internações hospitalares por doenças relacionadas à falta de saneamento, em especial as doenças de transmissão feco-oral. Essas altas taxas podem ser relacionadas com o baixo atendimento de rede de coleta de esgoto nestas Regiões, que ultrapassam 60% da população. Isso indica que o trabalho de prevenção a tais doenças deve ocorrer paralelamente a projetos de infraestrutura que melhorem a qualidade de vida da população destas Regiões.

Percentual da população residente não atendida pela rede de coleta de esgoto segundo Grandes Regiões – 2017

Grandes Regiões	População total estimada pelo IBGE	População não atendida pela rede de coleta de esgoto	% da população não atendida pela rede de coleta de esgoto
Região Norte	17.936.201	13.493.404	75,2
Região Nordeste	57.254.159	35.526.206	62,1
Região Sudeste	86.949.714	26.632.697	30,6
Região Sul	29.644.948	15.735.538	53,1
Região Centro-Oeste	15.875.907	6.974.286	43,9
Brasil	207.660.929	87.134.526	42,0

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) e estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2017).

Percentual da população residente não atendida pela rede de coleta de esgoto segundo Grandes Regiões – 2017



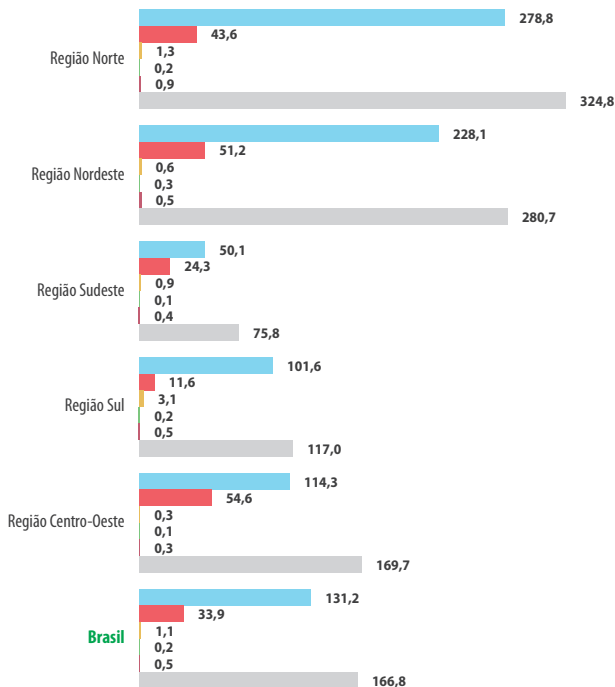
Fontes: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) e estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹³ e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2017).

13 As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se devem em função das populações obtidas por medidas judiciais de dois municípios da Região Norte e três da Região Nordeste.

Taxa de internações hospitalares por doenças relacionadas à falta de saneamento segundo categoria de exposição e Grandes Regiões

(para cada 100 mil habitantes) – 2016

- De transmissão feco-oral
- Transmitida por inseto vetor
- Transmitida através do contato com água
- Relacionadas com a higiene
- Geo-helmintos e teníases
- Taxa de internações hospitalares



Fontes: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria Executiva/Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (Datusus)/Sistema de Informações sobre Internação Hospitalar (SIH) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de População e Indicadores Sociais/Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

A Região Norte apresenta o menor percentual de acesso à água e coleta de esgoto do país, seguida pela Região Nordeste. Nota-se que isso se reflete na taxa de internações hospitalares por doenças relacionadas à falta de saneamento, onde as Regiões Norte e Nordeste apresentam índices mais acentuados de doenças de transmissão feco-oral, diretamente ligadas às baixas condições de acesso à água e ao esgotamento sanitário adequado.

As taxas de doenças transmitidas por inseto vetor seguem o mesmo fluxo e se concentram também nas Regiões mais deficitárias no que tange ao acesso ao abastecimento de água e coleta de esgoto.



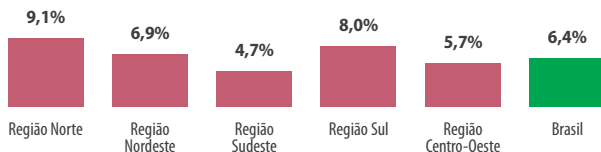
Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos

TRABALHO INFANTIL

A descontinuação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) (anual), e sua substituição pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) (trimestral), implicou significativas alterações conceituais e metodológicas no monitoramento da presença do trabalho infantil brasileiro.

Entre os conceitos identificados como divergentes entre a Pnad e a Pnad Contínua, o que mais interessa aqui é o da “população ocupada na produção para o próprio consumo, ou na construção para o próprio uso”, categoria identificada entre os “ocupados” na Pnad e não considerada como população ocupada na Pnad Contínua. Entendendo que a substituição dessa categoria enquanto qualificadora da ocupação dos menores de 17 anos de idade prejudica a identificação e o dimensionamento das atividades desempenhadas por esses indivíduos, optou-se por demonstrar os ocupados entre cinco e 17 anos de idade, incluídos os ocupados “na produção para o próprio consumo”.

Crianças e adolescentes de cinco a 17 anos de idade ocupados (inclusive os ocupados na produção para o próprio consumo e/ou uso) segundo Grandes Regiões – 2016



Grandes Regiões	Número de pessoas
Região Norte	401.114
Região Nordeste	848.546
Região Sudeste	711.909
Região Sul	413.030
Região Centro-Oeste	175.884
Brasil	2.550.484

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) – 2016.

Crianças e adolescentes de cinco a 17 anos de idade ocupados (excluídos os ocupados na produção para o próprio consumo e/ou uso) e tipo de atividade segundo Grandes Regiões – 2017

Grandes Regiões	Não agrícola	Agrícola	Total
Região Norte	142.198	109.181	251.379
Região Nordeste	363.223	174.920	538.143
Região Sudeste	505.194	64.475	569.669
Região Sul	250.528	72.675	323.203
Região Centro-Oeste	130.876	21.637	152.514
Brasil	1.392.019	442.889	1.834.908

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - 2017.

Percentual de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos de idade ocupados (excluídos os ocupados na produção para o próprio consumo e/ou uso) segundo tipo de atividade – 2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) -2016.

Proporção de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos de idade ocupados por tipo de atividade segundo grupos de idade e Grandes Regiões – 2016

Grandes Regiões	De cinco a 13 anos de idade		De 14 a 17 anos de idade	
	Não agrícola	Agrícola	Não agrícola	Agrícola
Região Norte	45,3%	54,7%	59,1%	40,9%
Região Nordeste	51,8%	48,2%	70,2%	29,8%
Região Sudeste	59,4%	40,6%	90,4%	9,6%
Região Sul	55%	45%	79,1%	20,9%
Região Centro-Oeste	61,2%	38,8%	87,9%	12,1%
Brasil	54,2%	47,6%	78,6%	21,4%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - 2016.

Nota: A divulgação dos dados feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não comporta o tipo de atividade para os ocupados na produção e construção para o próprio consumo e/ou uso, assim, estão descontadas as pessoas ocupadas nessas duas categorias.

Crianças e adolescentes de cinco a 17 anos de idade ocupados por tipo de atividade e grupos de idade segundo Grandes Regiões – 2016

Grandes Regiões	De cinco a 13 anos de idade			De 14 a 17 anos de idade		
	Não agrícola	Agrícola	Total	Não agrícola	Agrícola	Total
Região Norte	21.095	25.423	46.518	121.103	83.758	204.861
Região Nordeste	40.889	37.983	78.872	322.334	136.937	459.271
Região Sudeste	18.638	12.733	31.370	486.556	51.743	538.299
Região Sul	11.951	9.770	21.721	238.577	62.905	301.482
Região Centro-Oeste	7.135	4.533	11.668	123.741	17.105	140.846
Brasil	99.707	90.441	190.149	1.292.311	352.448	1.644.759

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - 2016.

Nota: A divulgação dos dados feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não comporta o tipo de atividade para os ocupados na produção e construção para o próprio consumo e/ou uso, assim, estão descontadas as pessoas ocupadas nessas duas categoriais.

Verifica-se, a seguir, que a quantidade de crianças e adolescentes com menos de 14 anos de idade ocupados em um estabelecimento agrícola identificados pelo Censo Agropecuário de 2017, e aqueles estimados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2016, apresentam uma larga diferença de resultados, sugerindo que a presença do trabalho infantil pode ser uma ocorrência muito mais ampla e comum do que as pesquisas amostrais têm sido capazes de captar.

Crianças e adolescentes menores de 14 anos de idade ocupados na unidade produtiva com ou sem relação de parentesco com o produtor segundo Grandes Regiões – 2017

Grandes Regiões	Com laços de parentesco com o produtor	Sem laços de parentesco com o produtor	Total de menores de 14 anos de idade com e sem laços de parentesco com o produtor	% de ocupados menores de 14 anos de idade com laços de parentesco com o produtor
Região Norte	155.623	15.687	171.310	90,8
Região Nordeste	209.509	22.319	231.828	90,4
Região Sudeste	46.344	19.684	66.028	70,2
Região Sul	55.048	9.971	65.019	84,7
Região Centro-Oeste	40.608	13.012	53.620	75,7
Brasil	507.132	80.673	587.805	86,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Censo Agropecuário.



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

MORADIA

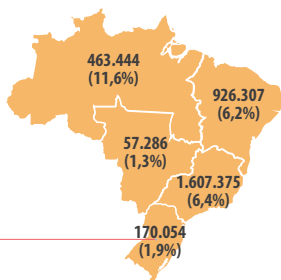
No Brasil, em 2010, havia mais de 3,2 milhões de domicílios localizados em favelas, com aproximadamente 11,4 milhões de pessoas vivendo nessas condições.

Domicílios localizados em favelas segundo Grandes Regiões – 2010

(total em milhões e % na Região)

A maior concentração de domicílios localizados em favelas está nas capitais e regiões metropolitanas dos estados brasileiros

Destaque para:



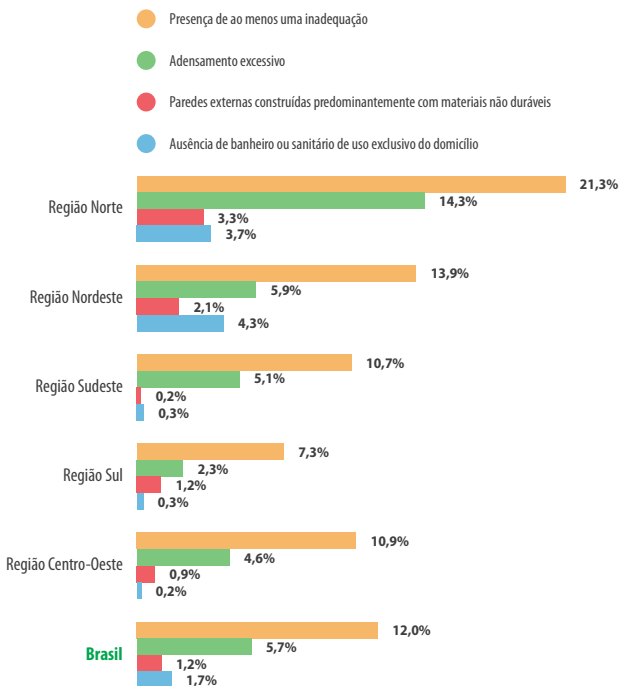
Capital (Estado)/ Região	Número de domicílios	% de domicílios
Belém (PA)/ Região Norte	193.557	52,4
Salvador (BA)/ Região Nordeste	275.593	32,0
São Luís (MA)/ Região Nordeste	61.845	22,3
Recife (PE)/ Região Nordeste	102.392	21,7
Rio de Janeiro (RJ)/ Região Sudeste	426.965	19,9
São Paulo (SP)/ Região Sudeste	355.756	9,9

População vivendo em domicílios localizados em favelas segundo Grandes Regiões – 2010

Grandes Regiões	População total	População total em favelas	Crianças e adolescentes de zero a 17 anos de idade em favelas
Região Norte	15.864.454	1.849.604	676.929
Região Nordeste	53.081.950	3.198.061	1.054.615
Região Sudeste	80.364.410	5.580.869	1.913.418
Região Sul	27.386.891	590.500	214.235
Região Centro-Oeste	14.058.094	206.610	77.672
Brasil	190.755.799	11.425.644	3.936.869

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo Demográfico 2010.

Proporção de pessoas residindo em domicílios com ocorrência de inadequações nas condições de moradia segundo Grandes Regiões – 2016

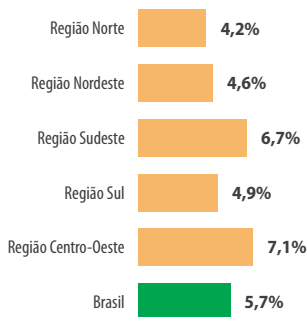


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - 2016 (consolidado de primeiras entrevistas).

População segundo inadequações no domicílio em que residem - 2016				
Grandes Regiões	Ausência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio	Paredes externas construídas predominantemente com materiais não duráveis	Adensamento excessivo	Presença de ao menos uma inadequação
Região Norte	644.799	575.091	2.492.061	3.711.951
Região Nordeste	2.441.196	1.192.212	3.349.548	7.891.308
Região Sudeste	259.083	172.722	4.404.411	9.240.627
Região Sul	88.221	352.884	676.361	2.146.711
Região Centro-Oeste	31.090	139.905	715.070	1.694.405
Brasil	3.493.687	2.466.132	11.714.127	24.661.320

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) - 2016 (consolidado de primeiras entrevistas).

Proporção de domicílios particulares permanentes em situação de ônus excessivo com aluguel segundo Grandes Regiões – 2015¹⁴



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) – 2015.

14 Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% da renda domiciliar declarada, exclusive domicílios sem rendimento, sem declaração de rendimentos ou sem declaração do valor do aluguel.

Domicílios particulares permanentes em situação de ônus excessivo com aluguel segundo Regiões – 2015

Grandes Regiões	Total de domicílios	Domicílios com ônus excessivo com aluguel
Região Norte	5.095.000	213.990
Região Nordeste	17.837.000	820.502
Região Sudeste	29.473.000	1.974.691
Região Sul	10.417.000	510.433
Região Centro-Oeste	5.215.000	370.265
Brasil	68.037.000	3.878.109

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) – 2015.

CULTURA E LAZER

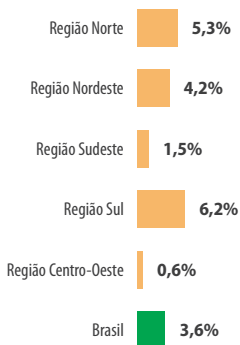
A maioria dos municípios de todas as Regiões não possui centros culturais, sendo que, na Região Nordeste, pouco mais de um quarto dos municípios tem o serviço, resultando no pior índice do país.

Proporção de municípios sem centros culturais segundo Grandes Regiões – 2014



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) - 2014.

Proporção de municípios sem equipamentos esportivos segundo Grandes Regiões – 2016



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) - 2016.



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à Justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

VIOLÊNCIA

No ano de 2017¹⁵, mais de 63,7 mil mortes por homicídios foram notificadas no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Destes, 11,7 mil foram cometidos contra crianças e adolescentes entre zero e 19 anos de idade. As Metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecem a diminuição em um terço do número total de homicídios até 2030. Contudo, nota-se que o número total de homicídios e de crianças e adolescentes tende a aumentar a cada ano.

Mortes por homicídio segundo faixa etária – 2017

52.010

Homicídios entre a população de 20 anos ou mais de idade



11.733

Homicídios de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

¹⁵ Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do ano de 2017 são preliminares e podem sofrer alterações.

Mortes por homicídio segundo Grandes Regiões – 2017

Grandes Regiões	Número de homicídios	Homicídios de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade	Proporção de homicídios de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade
Região Norte	8.383	1.398	16,7%
Região Nordeste	27.138	5.495	20,2%
Região Sudeste	15.886	2.894	18,2%
Região Sul	7.081	1.083	15,3%
Região Centro-Oeste	5.255	863	16,4%
Brasil	63.743	11.733	18,4%

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Número de homicídios¹⁶ de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade por arma de fogo segundo Grandes Regiões – 2017

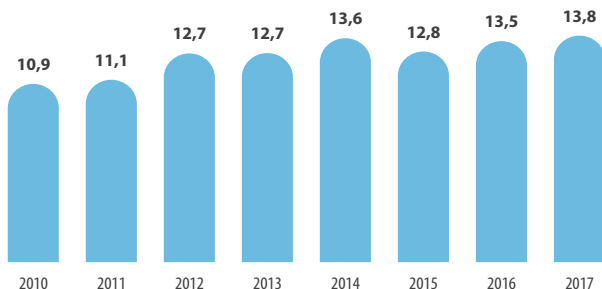
Grandes Regiões	Número de homicídios de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade por armas de fogo	Número de homicídios de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade	Proporção dos homicídios por armas de fogo de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade
Região Norte	1.006	1.398	72,0%
Região Nordeste	4.746	5.495	86,4%
Região Sudeste	2.165	2.894	74,8%
Região Sul	853	1.083	78,8%
Região Centro-Oeste	667	863	77,3%
Brasil	9.437	11.733	80,4%

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

16 Os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc) do ano de 2017 são preliminares e podem sofrer alterações.

Taxa de homicídios contra crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade por arma de fogo segundo Grandes Regiões – 2010 a 2017

(para cada 100 mil habitantes)



Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) (dados preliminares).

A seguir, a série histórica apresenta as taxas de homicídio de crianças e adolescentes brancas e negras entre os anos de 2010 e 2017. Além da taxa de homicídios entre negros ser no mínimo três vezes maior em todos os anos da série histórica, nota-se que enquanto a taxa de homicídios de brancos manteve-se relativamente estável, com uma leve diminuição no último ano da série, a taxa de homicídios de negros apresentou crescimento em quase todos os anos, aumentando em mais de meio ponto percentual no último ano.

Entre os homicídios de crianças e adolescentes em 2017, aproximadamente 80% das vítimas eram negras, o que indica: I) que a cor ou raça, no Brasil, é um fator que aumenta o risco de vitimização por violência homicida; e II) é um sintoma perverso da desigualdade no país.

Diversos órgãos internacionais lançaram campanhas de conscientização sobre a vitimização dos negros¹⁷. A Organização das Nações Unidas (ONU) lançou, em 2017, a campanha Vidas Negras, ligada à Década Internacional de Afrodescendentes – proclamada na Assembléia Geral das Nações Unidas pela Resolução nº 68/237 para estruturar as ações dos Estados-Membro, da sociedade civil e outros atores – com o objetivo de conscientizar a sociedade civil, os gestores de políticas públicas e os poderes públicos estatais sobre a importância da defesa das vidas de indivíduos negros, que estão em constante ameaça.

Taxas de homicídios contra crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade segundo cor/raça – 2010 a 2017¹⁸

(para cada 100 mil habitantes)



Fontes: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) (dados preliminares) e estimativas populacionais produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁹ e enviadas ao Tribunal de Contas da União (TCU), estratificadas por idade pela Fundação Abrinq (2018).

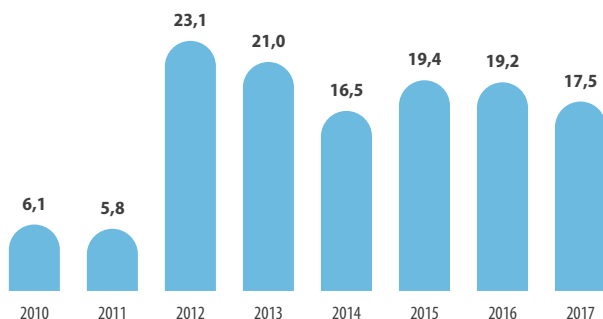
17 ONU BR. ONU Brasil lança campanha pelo fim da violência contra a juventude negra. Acesso em 1º de abril de 2019, disponível em <https://nacoesunidas.org/onu-brasil-lanca-campanha-pelo-fim-violencia-contra-juventude-negra/>.

18 A taxa de homicídios segundo cor/raça foi obtida pela razão entre o número de homicídios cometidos contra pessoas de raça negra (pretos e pardos) e branca (brancos e amarelos) em um ano e a estimativa populacional para esta cor/raça no mesmo período.

19 As diferenças verificadas entre a soma das Regiões e a estimativa da população brasileira se deve em função das populações obtidas por medidas judiciais de dois municípios da Região Norte e três da Região Nordeste.

Taxa de homicídios contra crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade de cor/raça indígena – 2010 a 2017

(para cada 100 mil habitantes)



Outro importante indicador de violência diz respeito aos homicídios cometidos em intervenções legais, ou seja, mortes em decorrência da atuação policial. No Brasil, os dados da violência homicida apontam problemas de uso excessivo da força policial.

É preciso avaliar o impacto deste tipo de violência na vida de crianças e adolescentes brasileiros, visando assegurar seu direito à vida e refletir sobre o papel do Estado como protetor destes indivíduos.

Mortes de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade por homicídio em intervenções legais segundo Grandes Regiões²⁰ – 2017

Grandes Regiões	Total de óbitos de zero a 19 anos de idade em intervenções legais	Total de óbitos por homicídios no ano em intervenções legais	Proporção de homicídios de crianças e adolescentes de zero a 19 anos de idade por intervenções legais
Região Norte	11	37	29,7%
Região Nordeste	67	278	24,1%
Região Sudeste	227	664	34,2%
Região Sul	45	149	30,2%
Região Centro-Oeste	27	78	34,6%
Brasil	377	1.206	31,3%

Fonte: Ministério da Saúde (MS)/Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)/Coordenação-Geral de Informações e Análises Epidemiológicas (CGIAE)/Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

20 Para fins metodológicos, considera-se como homicídio em intervenção legal a soma dos casos notificados ao Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) classificados na CID-10 como “Y35 – Intervenção legal” e “Y36 – Operações de guerra”.



RESULTADOS DA FUNDAÇÃO ABRINQ EM 2018

PRESENTES EM

2.623

MUNICÍPIOS NOS
26 ESTADOS E NO
DISTRITO FEDERAL



153.895

CRIANÇAS E ADOLESCENTES
BENEFICIADOS NO ANO



14

PROGRAMAS E PROJETOS
NO ANO

2.462

NOTÍCIAS NA IMPRENSA



8.777.345

CRIANÇAS E ADOLESCENTES
BENEFICIADOS AO LONGO
DE 28 ANOS



7.016.770

PESSOAS IMPACTADAS PELA
CAUSA NAS REDES SOCIAIS



4.334

PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS
MONITORADAS, SENDO
2.410 RELACIONADAS AO
DIREITO À PROTEÇÃO, **1.293**
AO DIREITO À EDUCAÇÃO E
631 AO DIREITO À SAÚDE

287

ANÚNCIOS VEICULADOS
NA MÍDIA

4.491 crianças e adolescentes beneficiados pelo Programa Adotei um Sorriso

2.118 crianças beneficiadas pelo Projeto Brincando Comciências

2.979 crianças beneficiadas pelo Projeto Ciranda do Aprender

6.036 crianças beneficiadas pelo Programa Creche para Todas as Crianças

774 Empresas Amigas da Criança

16.267 crianças e adolescentes beneficiados pelo Projeto Escola no Campo

6.894 crianças beneficiadas pelo Projeto Hábitos Alimentares Saudáveis

2.478 crianças beneficiadas pelo Projeto Hábitos Saudáveis em Cena II

4.857 crianças beneficiadas pela Iniciativa de Saúde

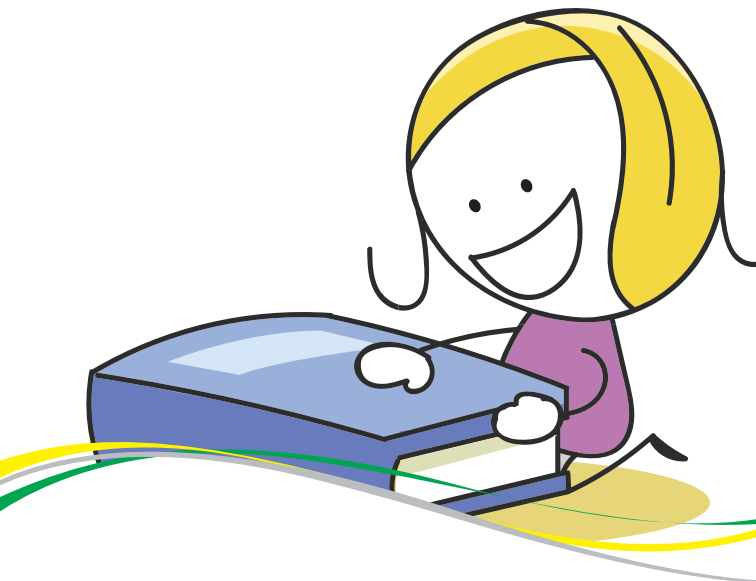
3.984 crianças beneficiadas pelo Programa Nossas Crianças

89.842 crianças e adolescentes beneficiados pela Rede Nossas Crianças

45 crianças beneficiadas pelo Programa Prefeito Amigo da Criança

136 iniciativas inscritas no Prêmio Criança

13.904 adolescentes beneficiados pelo Programa Protegendo Sonhos



Av. Santo Amaro, 1.386 | 1º andar
Vila Nova Conceição | 04506-001 | São Paulo/SP
55 11 3848-8799

www.fadc.org.br

f /fundabrinq

 /fundacaoabrinq